



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/01/2015 ATÉ 23/01/2015



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG WALDEMAR TER.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 IMIRANTE.COM.....	2
	2.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	3
3	POSSE	
	3.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	4
4	SEGURANÇA	
	4.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	5
	4.2 BLOG DO NETO FERREIRA	6
	4.3 BLOG LUÍS CARDOSO.....	7
	4.4 BLOG MARCELO VIEIRA.....	8
	4.5 BLOG SILVIA TEREZA.....	9
	4.6 O IMPARCIAL ONLINE.....	10 11 12 13
	4.7 SITE G1.....	14
	4.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	15
5	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	5.1 IMIRANTE.COM.....	16
	5.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	17
	5.3 SITE G1.....	18

Polícia Federal investiga a invasão ao Fórum de Buriti e as ameaças feitas ao juiz

Fórum foi incendiado e juiz ameaçado de morte em Buriti

Os Tribunais Regional Eleitoral e de Justiça do Maranhão estão trabalhando juntos desde que seus respectivos presidentes tomaram conhecimento que o Fórum de Buriti tinha sido invadido e incendiado por populares revoltados com decisão dada pelo juiz Jorge Antonio Sales Leite (titular da Comarca e da 25ª zona eleitoral) que julgou improcedente ação com poder de cassar o atual prefeito da cidade, eleito em 2012.

A invasão ao Fórum de Buriti se deu na tarde da terça-feira, 20 de janeiro. De acordo com as informações que fazem parte do inquérito aberto pela Polícia Federal, 9 urnas eletrônicas foram queimadas, além de processos judiciais e documentos administrativos. O prédio, que leva o nome de Fórum Desembargadora Madalena Alves Serejo, onde funciona tanto a Justiça Comum como a Eleitoral do município, também ficou bastante depredado.

O desembargador Froz Sobrinho (presidente do TRE-MA), assim que tomou conhecimento dos atos de vandalismo que ocorriam na cidade de Buriti, acionou a Polícia Federal e comunicou o fato ao Tribunal Superior Eleitoral.

"Caberá à Polícia Federal apurar os crimes cometidos e a identificação dos responsáveis", explica Froz Sobrinho, que complementa: "naquele momento precisávamos garantir a segurança não só do magistrado, assim como dos servidores e da população do município. Por este motivo, também solicitamos reforço policial através da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, que já estava autorizada pela sua presidente, desembargadora Cleonice Freire, para agir".

Na quarta-feira (21) pela manhã, a desembargadora Cleonice Freire garantiu apoio irrestrito ao juiz Jorge Sales, que sofreu ameaças no exercício de sua função judicante. Reunido com a presidente no TJ, ele contou os momentos de terror pelos quais passou, ouvindo da presidente o compromisso do Judiciário de preservar sua segurança.

"O Judiciário buscou todos os instrumentos legais para a preservação da segurança do magistrado que em momento algum ficará desassistido", informou Cleonice Freire, que ainda foi taxativa ao dizer que atos de violência de transgressores da lei não vão interferir na atividade judicante. "Não vamos nos intimidar por pessoas que tentam agredir o Estado Democrático de Direito. A lei deve prevalecer e a ordem deve ser mantida".

"A Justiça Eleitoral também não permitirá que ameaças e intimidações de vândalos e criminosos desmoralizem o Poder Judiciário, pois continuaremos cumprindo a nossa missão de organizar e superintender os trabalhos referentes aos pleitos eleitorais, instrumento essencial à realização da democracia", salientou Froz Sobrinho.

Para Froz Sobrinho, estes atos de vandalismo remetem aos tempos em que a justiça era feita com as próprias mãos, ideia veementemente condenada pela legislação pátria que consagra o princípio da intervenção estatal nos conflitos sociais, o que obriga os inconformados com as decisões judiciais a procurarem os meios processuais e recursos previstos constitucionalmente.

Segurança Pública mantém apuração rigorosa sobre incêndio no Fórum de Buriti

Secretário Jefferson Portela e demais gestores da SSP reunidos com os magistrados.

A Secretaria de Estado de Segurança (SSP) está fazendo uma apuração rigorosa do incêndio no Fórum da Comarca de Buriti, ocorrido na terça-feira (20). O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, em reunião com presidente e o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos e Ângelo Alencar, nesta quinta-feira (22), informou que designou um delegado e uma equipe de policiais civis para coordenar os trabalhos no município.

Na reunião com os magistrados, que teve a presença dos juízes Rodrigo Nina (da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça) e Jorge Sales Leite (titular da Comarca de Buriti), o secretário informou que policiais civis e militares dos municípios mais próximos de Buriti foram acionados para dar apoio.

"Foi um fato motivado por um grupo pequeno já identificado", informou o secretário Jefferson Portela aos juízes. O superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCI), Divaldo Gonçalves, presente na reunião, disse que cinco dos 12 envolvidos na ação criminosa estão presos. Eles foram localizados na região de Buriti em um trabalho das polícias Civil, Militar e Federal.

Comissão de Segurança do TJMA reúne-se com Polícia Federal e Segurança Pública Judiciário 23-01-2015 às 05:00Comente

O desembargador Raimundo Barros revelou as medidas que estão sendo adotadas pelo TJMA
O desembargador Raimundo Barros revelou as medidas que estão sendo adotadas pelo TJMA

A Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está acompanhando todas as providências acerca do caso de violência contra o juiz titular da Comarca de Buriti, Jorge Sales, ocorrido na última terça-feira (20). Nesta quinta-feira (22), representantes da comissão participaram de reuniões na Polícia Federal e na Secretaria de Segurança Pública.

Na Polícia Federal, o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança - juntamente com o juiz Rodrigo Nina (membro da comissão e representante a Associação dos Magistrados do Maranhão), e o Major Alexandre Magno, diretor de Segurança do TJMA - acompanhou o depoimento do juiz Jorge Sales prestado ao delegado federal responsável pela investigação do caso, Ronildo Rebelo.

Após o depoimento, houve uma reunião com o superintendente da PF, Alexandre Saraiva, que se colocou novamente à disposição do TJMA e da AMMA para as providências que forem necessárias e de responsabilidade da instituição. "Quando fomos informados do ocorrido, acionamos nossas equipes imediatamente, inclusive o Grupo de Pronta Intervenção. Estamos trabalhando no caso, dentro do que é de nossa competência, os senhores podem estar certos do nosso apoio", declarou o superintendente da PF.

O desembargador Raimundo Barros revelou as medidas que estão sendo adotadas pelo TJMA para proteger os magistrados do Maranhão e garantir o seu exercício profissional, com especial atenção ao juiz Jorge Sales, vítima desse último caso de violência.

Garantias

Da Superintendência da PF, os juízes Jorge Sales e Rodrigo Nina seguiram para a Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA), onde juntaram-se ao presidente da AMMA, Gervásio Protásio dos Santos, e ao 2º vice-presidente, juiz Ângelo Antônio dos Santos, para uma reunião com o secretário estadual de Segurança, Jefferson Portela.

Durante a conversa, o secretário garantiu total apoio da segurança pública ao juiz Jorge Leite e revelou estar acompanhando pessoalmente os acontecimentos, junto a sua equipe de trabalho. "Quando soube do caso, em que falavam em população, achei estranho porque temos conhecimento profissional e também pessoal e sei que a população daquela região não tem características deste tipo de ato. Logo percebemos que foi algo instigado, um fato isolado. E isso é de fácil solução, com investigação e ação efetiva, com pedidos de prisão, entre outras medidas", ressaltou Portela.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos pediu garantias sobre medidas que deverão ser tomadas a curto prazo. "Tomaremos as medidas imediatas em relação ao efetivo policial e apoio de segurança da comarca e da

região e daremos andamento à investigação de crimes paralelos no caso, que são de nossa competência, juntaremos com informações da Polícia Federal, e assim partiremos para tomar medidas fortes contra os envolvidos no caso”, assegurou o delegado-geral da Polícia Civil, Augusto Barros.

O juiz Jorge Sales agradeceu o empenho e afirmou, novamente, que voltará a atuar na Comarca de Buriti assim que a reforma do fórum estiver concluída e a segurança garantida. “Não deixaria, nem deixarei a comarca por esse fato. É possível ter um município exemplar na questão de segurança pública, que não é feita unilateralmente, mas com a participação de todos da sociedade, principalmente, da população”, ressaltou o magistrado.

A posição do magistrado foi amplamente apoiada pelo secretário de Segurança e sua equipe. “Tenham certeza que a Segurança Pública dará todas as garantias para exercer seu ofício e, com a organização da secretaria, estaremos prontos para investir e atuarmos em conjunto”, completou.

O juiz Gervásio dos Santos aproveitou a oportunidade para solicitar ao secretário de Segurança um alinhamento de atuação nas comarcas do interior do Maranhão. “A Segurança tem que ter uma aproximação com os diretores dos fóruns. Sugerimos a realização de visitas, para que possamos estreitar canais com os institutos de segurança, a fim de atuarmos contra essas ações de violência contra a Justiça e reforçar as instituições nas ações de combate à violência e criminalidade”, propôs o presidente da AMMA.

Também participaram da reunião o superintendente de Polícia Civil do Interior, Divaldo Gonçalves, o comandante da Polícia Militar, Cel. Marco Antônio Alves da Silva, e o coordenador do Grupo Tático Aéreo, Cel. Ismael de Sousa Fonseca.

Presidente do TJMA garante apoio irrestrito ao juiz de Buriti

A Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, garantiu apoio irrestrito ao juiz Jorge Sales, da comarca de Buriti, onde atos de violência resultaram em incêndio criminoso no Fórum local, com ameaças ao magistrado e destruição de processos e equipamentos.

Em reunião com o juiz Jorge Sales, o desembargador Raimundo Barros, e diretores da Associação dos Magistrados, nesta quarta-feira (21), no Gabinete da Presidência, na sede do TJMA, a desembargadora afirmou que o Judiciário já buscou todos os instrumentos legais para a preservação da segurança do magistrado, que em momento algum ficará desassistido, tendo a partir de agora escolta policial.

A presidente do TJMA foi taxativa ao dizer que atos de violência de transgressores da lei não vão interferir na atividade judicante. "Não vamos nos intimidar por pessoas que tentam agredir o Estado Democrático de Direito. A lei deve prevalecer e a ordem deve ser mantida. O Tribunal de Justiça está solidário com o juiz Jorge Sales, que não pode ser punido por cumprir com presteza e eficiência sua função", frisou.

Ela disse que esse tipo de situação deve ser repelida com veemência e designou uma comissão presidida pelo desembargador Raimundo Barros (Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA), para se deslocar ao município de Buriti, com o objetivo de fazer um levantamento sobre quais medidas institucionais devem ser adotadas para que os serviços forenses sejam retomados naquela comarca.

Nesse sentido, uma equipe integrada por profissionais das Diretorias de Engenharia e de Informática do Tribunal já está em Buriti para a implementação dos serviços de infraestrutura no prédio da comarca para o pleno restabelecimento das atividades forenses no município. A previsão é que os serviços sejam concluídos em cerca de 40 dias.

Nesse período, os processos que tramitam em Buriti serão apreciados pelo juiz Jorge Sales na comarca de Coelho Neto, para que não haja prejuízos na prestação jurisdicional.

PROVIDÊNCIAS - Na reunião, ficou decidido que nesta quinta-feira (22) o representante da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, Rodrigo Nina, os diretores da AMMA e o juiz Jorge Sales, se reunirão, às 11h, com o secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela, para discutir a disponibilização de policiamento mais efetivo nos fóruns do Estado.

A magistrada encerrou a reunião afirmando que, além das providências definidas na reunião, o Tribunal de Justiça adotará outras medidas em defesa do juiz, para segurança da comarca e para que os fatos sejam apurados com o rigor que o caso requer.

A reunião contou com a presença do presidente da Associação dos Magistrados, Gervásio Santos, do vice-presidente da entidade, Ângelo Alencar, dos juizes Rodrigo Nina (Comissão de Segurança Institucional do Tribunal), Nilo Ribeiro e Márcio Brandão (auxiliares da Presidência) e do diretor-geral do TJMA, Hebert Leite.

(informações do TJMA)

Polícia investiga ação criminosa em Fórum de Buriti

Reunião discutiu investigação para a ação criminosa em Buriti|

A Polícia está fazendo uma apuração rigorosa do atentado ao juiz incêndio no Fórum da Comarca de Buriti, ocorrido na terça-feira (20). O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, em reunião com presidente e o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos e Ângelo Alencar, nesta quinta-feira (22), informou que designou um delegado e uma equipe de policiais civis para coordenar os trabalhos no município.

Na reunião com os magistrados, que teve a presença dos juízes Rodrigo Nina (da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça) e Jorge Sales Leite (titular da Comarca de Buriti), o secretário informou que policiais civis e militares dos municípios mais próximos de Buriti foram acionados para dar apoio.

"Foi um fato motivado por um grupo pequeno já identificado", informou o secretário Jefferson Portela aos juízes. O superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCI), Divaldo Gonçalves, presente na reunião, disse que cinco dos 12 envolvidos na ação criminosa estão presos. Eles foram localizados na região de Buriti em um trabalho das polícias Civil, Militar e Federal.

No encontro com os juízes, Jefferson Portela destacou a importância do entrosamento da Secretaria de Segurança Pública com a Justiça e afirmou que serão agendadas reuniões regulares entre gestores da SSP e dos fóruns do interior.

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, disse que a atuação imediata da Polícia Militar evitou uma tragédia maior no Fórum. "Se não fosse a intervenção dos militares, o juiz Jorge Sales teria morrido", contou.

BURITI: POLÍCIA FEDERAL PRENDE SEIS PESSOAS APÓS ATO DE VANDALISMO CONTRA JUIZ

Após o ato de vandalismo que ocorreu no Fórum de Buriti, que teve diversos documentos e objetos queimados por manifestantes, e até tentaram agredir o juiz Jorge Antônio Sales Leite, a Polícia Federal (PF) entrou no caso e realizou a prisão de 06 pessoas envolvidos no caso. O primeiro suspeito foi preso logo às 23h30min e, em seguida, outros quatro também foram pegos pela PF. Ainda na madrugada desta quarta-feira (21) a PF encaminhou os suspeitos para sua sede na capital maranhense (330Km de Buriti). Os envolvidos presos até agora foram: Valmir da Costa Santos, Vitor Luís Dutra, Raimundo dos Santos Neto, Zé Antônio (conhecido por Zé Mole) e Francisco Lages.

Entenda o caso. Na tarde de terça-feira 20 pessoas revoltadas atearam fogo no Fórum Desa. Maria Madalena Alves Serejo, 25ª zona eleitoral da Comarca de Buriti, após decisão do juiz Jorge Antônio Sales Leite de julgar improcedentes dois pedidos de cassação do prefeito Rafael no final da manhã de ontem (20). De acordo com informações da PM, o grupo invadiu o Fórum, arrebentou grades e portas com machado e paus, e ainda tentou agredir o magistrado. O policiamento local conseguiu impedir agressão ao Juiz Jorge Sales, mas devido ao pequeno efetivo não pode impedir que o grupo ateasse fogo ao fórum. Houve perdas de computadores, urnas eletrônicas, processos, móveis, entre outros. As informações são de que entre as pessoas do grupo estaria Lourival Batista, um irmão do candidato derrotado em 2012, Naldo Batista, parte interessada na cassação do prefeito de Buriti. Do Correio Buritiense.

Em três anos, mais de 45 gestores públicos foram condenados no Maranhão - Imirante.com

Foto: Internet / Divulgação|

MARANHÃO - Quarenta e cinco prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo Tribunal de Justiça Maranhão (TJ-MA), entre os anos de 2012 e 2014, por envolvimento em algum tipo de crime no exercício do cargo.

As penas aplicadas incluem cassação de mandato, bloqueio de repasses estaduais e federais; detenção em regime aberto, convertida em prestação de serviços à comunidade; afastamento; pagamento de multa de cinco vezes o valor da remuneração; e a inabilitação ao exercício de cargo ou função pública pelo prazo de cinco anos.

Entre os crimes que levaram os prefeitos e ex-prefeitos à condenação constam atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do FUNDEB, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

Pelo levantamento do TJ-MA, foram condenados, em 2012, os prefeitos Raimundo Galdino Leite (São João do Paraíso), Mercial Lima de Arruda (Grajaú), João Batista Freitas (São Vicente Férrer), Agamenon Lima Milhomem (Peritoró), Lenoílson Passos da Silva (Pedreiras), Antonio Marcos de Oliveira (Buriticupu), Lourêncio de Moraes (Governador Edison Lobão), Rivalmar Luís Gonçalves Moraes (Viana), Cleomaltina Moreira (Anapurus), Socorro Waquim (Timon), José Ribamar Rodrigues (Vitorino Freire), Manoel Mariano de Sousa, o Nenzin (Barra do Corda), João Alberto Martins Silva (Carolina), José Francisco dos Santos (Capinzal do Norte) e Ilzemar Oliveira Dutra (Santa Luzia).

Na lista constam ainda os ex-prefeitos Raimundo Nonato Jansen Veloso (Pio XII), José Reinaldo Calvet (Bacabeira), Francisco Rodrigues de Sousa (Timon) e Jomar Fernandes (Imperatriz), além de Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio (Paço do Lumiar) e Francisco Xavier Silva Neto (Cajapió), que foram cassados por improbidade administrativa.

A relação de gestores e ex-gestores que sofreram condenação, em 2013 é formada por Francisco Xavier Silva Neto (Cajapió), Deusdedith Sampaio (Açailândia), Ademar Alves de Oliveira (Olho D'água das Cunhãs), José Vieira (Bacabal), Francisco Rodrigues de Sousa, o "Chico Leitoa" (Timon), Cláudio Vale de Arruda (Formosa de Serra Negra), Ilzemar Oliveira Dutra (Santa Luzia), Maria José Gama Alhadeff (Penalva), Raimundo Nonato Jansen Veloso (Pio XII) e Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues (Riachão).

Os condenados em 2014 são Atenir Ribeiro Marques (Alto Alegre do Pindaré), Marcos Robert Silva Costa (Matinha), Antonio Reinaldo Sousa (Passagem Franca), Raimundo Nonato Borba Sales (Cantanhede), Jomar Fernandes (Imperatriz), Manoel Albino Lopes (Altamira do Maranhão), Nerias Teixeira de Sousa (São Pedro da Água Branca), José Miranda Almeida (Brejo de Areia), Alcir Mendonça da Silva (Zé Doca), Adail Albuquerque de Sousa (Montes Altos), Glorismar Rosa Venâncio (Paço do Lumiar), Antonio de Castro Nogueira (São Domingos do Maranhão), Aluísio Holanda Lima (Olho D'Água das Cunhãs) e Francisco Alves de Holanda (João Lisboa).

Fiscalização em eventos carnavalescos começa nesse sábado (24) - Imirante.com

Foto: Paulo de Tarso Jr./Imirante.com|

SÃO LUÍS - Começa nesse sábado (24) a fiscalização que a 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís realiza em todo o período pré-carnavalesco e nos dias oficiais da folia. O objetivo é verificar o cumprimento das regras para a participação de crianças e adolescentes nos eventos. Com vistas ao objetivo, toda a equipe de comissários de menores da Vara atua na fiscalização.

O trabalho acontece em regime de rodízio, quando os 25 comissários da unidade formam equipes de cinco a oito participantes para se deslocar até os locais onde se apresentam as brincadeiras e também nas festas fechadas (com venda de ingresso).

Alvará

Segundo a juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, respondendo pela unidade, menores que forem flagrados irregularmente nas brincadeiras pela equipe da Vara da Infância serão retirados das mesmas e os pais serão notificados. "Esse primeiro momento é mais educativo", explica a magistrada. Segundo ela, a ideia é conscientizar os responsáveis pelas brincadeiras da necessidade de solicitar o alvará de participação dos menores nos eventos. "Depois, a agremiação já recebe multa", ressalta.

O prazo para a solicitação do documento encerra na próxima sexta-feira (30). Findado esse prazo, não serão aceitas solicitações de alvará. As informações constam da Portaria 01/2015, expedida pela juíza no último dia 12. Segundo o documento, os interessados em solicitar a autorização para a participação de menores devem se dirigir ao Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Praça Deodoro, Centro), de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. A entrega dos alvarás acontece no mesmo local, no período de 02 a 06 de fevereiro.

Documentos

Entre os documentos exigidos para a solicitação do alvará, o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

Todas as regras para participação de menores em eventos carnavalescos podem ser conferidas na Portaria 001/2012, em anexo na matéria publicada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj).

TJMA divulga nomes de todos os gestores públicos condenados entre 2012 e 2014

Quarenta e cinco prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo Tribunal de Justiça Maranhão (TJMA), entre os anos de 2012 e 2014, por envolvimento em algum tipo de crime no exercício do cargo.

As penas aplicadas incluem cassação de mandato, bloqueio de repasses estaduais e federais; detenção em regime aberto, convertida em prestação de serviços à comunidade; afastamento; pagamento de multa de cinco vezes o valor da remuneração; e a inabilitação ao exercício de cargo ou função pública pelo prazo de cinco anos.

Entre os crimes que levaram os prefeitos e ex-prefeitos à condenação constam atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do FUNDEB, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

Pelo levantamento do TJMA, foram condenados, em 2012, os prefeitos Raimundo Galdino Leite (São João do Paraíso), Mercial Lima de Arruda (Grajaú), João Batista Freitas (São Vicente Férrer), Agamenon Lima Milhomem (Peritoró), Lenoílson Passos da Silva (Pedreiras), Antonio Marcos de Oliveira (Buriticupu), Lourêncio de Moraes (Governador Edison Lobão), Rivalmar Luís Gonçalves Moraes (Viana), Cleomaltina Moreira (Anapurus), Socorro Waquim (Timon), José Ribamar Rodrigues (Vitorino Freire), Manoel Mariano de Sousa, o Nenzin (Barra do Corda), João Alberto Martins Silva (Carolina), José Francisco dos Santos (Capinzal do Norte) e Ilzemar Oliveira Dutra (Santa Luzia).

Na lista constam ainda os ex-prefeitos Raimundo Nonato Jansen Veloso (Pio XII), José Reinaldo Calvet (Bacabeira), Francisco Rodrigues de Sousa (Timon) e Jomar Fernandes (Imperatriz), além de Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio (Paço do Lumiar) e Francisco Xavier Silva Neto (Cajapió), que foram cassados por improbidade administrativa.

A relação de gestores e ex-gestores que sofreram condenação, em 2013 é formada por Francisco Xavier Silva Neto (Cajapió), Deusdedith Sampaio (Açailândia), Ademar Alves de Oliveira (Olho D'água das Cunhãs), José Vieira (Bacabal), Francisco Rodrigues de Sousa, o "Chico Leitoa" (Timon), Cláudio Vale de Arruda (Formosa de Serra Negra), Ilzemar Oliveira Dutra (Santa Luzia), Maria José Gama Alhadeff (Penalva), Raimundo Nonato Jansen Veloso (Pio XII) e Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues (Riachão).

Os condenados em 2014 são Atenir Ribeiro Marques (Alto Alegre do Pindaré), Marcos Robert Silva Costa (Matinha), Antonio Reinaldo Sousa (Passagem Franca), Raimundo Nonato Borba Sales (Cantanhede), Jomar Fernandes (Imperatriz), Manoel Albino Lopes (Altamira do Maranhão), Nerias Teixeira de Sousa (São Pedro da Água Branca), José Miranda Almeida (Brejo de Areia), Alcir Mendonça da Silva (Zé Doca), Adail Albuquerque de Sousa (Montes Altos), Glorismar Rosa Venâncio (Paço do Lumiar), Antonio de Castro Nogueira (São Domingos do Maranhão), Aluísio Holanda Lima (Olho D'Água das Cunhãs) e Francisco Alves de Holanda (João Lisboa).

Presidente do TJMA empossa juízes de São Luís, Pinheiro e Itapecuru-Mirim

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, nesta quarta-feira (21), após a solenidade de abertura do ano forense de 2015.

A juíza Mirella Cezar Freitas (comarca de Anajatuba) foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, após ser promovida da entrância inicial para a intermediária, pelo critério de antiguidade.

Também promovida para a entrância intermediária, mas pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares (comarca de Poção de Pedras) foi empossada na 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.

Conforme o critério de antiguidade, o juiz Ailton Castro Aires foi removido a pedido do Juizado da Fazenda Pública da capital para a 1ª Vara de Família do termo judiciário de São Luís (comarca da Ilha de São Luís), na mesma entrância final.

No ato de posse, a presidente do TJ parabenizou os magistrados, ressaltando que eles vêm desempenhando um trabalho brilhante na carreira, como o jurisdicionado precisa e merece. "As comarcas estão de parabéns por receber juízes desse nível", ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

A posse foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo Rodrigues, pelos juízes Nilo Ribeiro, Márcio Brandão (auxiliares da Presidência), Tayrone Silva (auxiliar da Corregedora Geral da Justiça), Rodrigo Nina, Gustavo Medeiros e Larissa Tupinambá (Comissão Sentenciante da Corregedoria).

SSP e Associação de Magistrados discutem sobre investigação em fórum de Buriti

O juiz Jorge Antônio Sales Leite, responsável pelo Fórum de Buriti, incendiado por populares na última terça-feira, deve retornar para a comarca em que atua logo após a conclusão da reconstrução do prédio que deve levar cerca de 40 dias. A decisão foi tomada em uma das reuniões realizadas após o incidente com o objetivo de reconstruir o fórum e garantir mais segurança para os magistrados no estado. Na primeira delas, realizada na tarde da última quarta-feira (21) e que contou com a presença da desembargadora Cleonice Freire, do presidente e vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) Gervásio Santos e Angelo Alencar, do juiz Rodrigo Nina, que integra a Comissão de Segurança Institucional do Tribunal, do desembargador Raimundo Barros e dos juízes auxiliares da Presidência, Nilo Ribeiro e Márcio Brandão, e contou ainda com a presença do próprio juiz Jorge Antônio, foi decidido que a Diretoria de Engenharia do Tribunal estará em Buriti para a situação do prédio e inicia o cronograma de reconstrução do fórum.

Ficou confirmado ainda que a volta do juiz à Comarca de Buriti contará com um ato público com a presença da AMMA, da presidência do TJ-MA, desembargadores, da Corregedoria e juízes da região. Já numa segunda reunião realizada na quinta-feira (22), dessa vez com a presença do Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, foi discutido um plano de segurança para os magistrados no Maranhão e que o juiz contará com escolta policial, já que sofreu risco de vida.

Segundo o secretário, um delegado foi designado e uma equipe de policiais foram designados para coordenar as investigações ao incêndio e que os policiais próximos ao município de Buriti foram acionados para dar apoio.

A Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA afirmou, através de sua assessoria, que está dando total apoio ao juiz Jorge Leite e que tem participado ativamente de todas as etapas para solucionar o caso. Em nota emitida no dia do incidente, o presidente da AMA, Gervásio Protásio afirmou que repudia "repudia a ação criminosa perpetrada contra o magistrado no exercício da jurisdição, bem como os atos de vandalismo praticados contra o patrimônio do Judiciário".

Tribunal de Justiça do Maranhão manifesta repúdio contra a violência na comarca de Buriti

Teve início nesta quarta-feira (21) o ano forense no Poder Judiciário do Maranhão. Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

"Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante (o juiz)", declarou a presidente do TJ.

A desembargadora disse considerar a missão do juiz "sublime, bendita e sagrada, porque essencial à pacificação das relações sociais e humana". "O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma", completou.

A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio "repugnante e repudiável", que agride todos os magistrados maranhenses. "É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao magistrado no exercício pleno de sua jurisdição", disse o desembargador.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento - o que não houve, disse. "A falta de segurança existe em todas as áreas", frisou a desembargadora.

O desembargador Jamil Gedeon sugeriu ao órgão especial a realização de um ato público conjunto na comarca de Buriti, em repúdio à violência e em apoio ao juiz Jorge Sales, medida que foi aprovada pela presidência e apoiada pelo Pleno.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJ, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

O desembargador Froz Sobrinho, presidente do TRE, propôs a realização de uma força-tarefa, com ações programadas na área da segurança, nos municípios onde haverá julgamento da pauta de processos relacionados à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário nacional, para evitar que o Tribunal seja surpreendido, como aconteceu em Buriti. Conforme a Meta 4, devem ser julgados, até 31 de dezembro de 2015, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas na Justiça de primeiro grau até 31 de dezembro de 2012.

OAB/MA e Diretoria do Fórum discutem medidas de segurança

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Maranhão, realizou na tarde desta terça-feira, 20, audiência pública para debater o sistema de segurança em implantação no Fórum Desembargador Sarney Costa. O encontro foi dirigido pelo presidente da OAB/MA, Mário Macieira, e contou com a presença do Diretor Geral do Fórum, juiz Osmar Gomes. Ao final da reunião ficou assegurada a instalação de dois postos de atendimento na sede da Seccional Maranhense para o cadastramento exclusivo de advogados e permitida também a aquisição, por parte da entidade, de cartões de identificação pessoal de uso permanente para acesso às unidades judiciárias do estado para revenda a preço de custo aos advogados que optarem por ter o seu próprio crachá, sem ter que usar o do fórum.

Pelo sistema de segurança em implantação no Fórum todos os usuários - servidores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e visitantes - sem exceção, terão que fazer o cadastramento para que possam ter acesso às dependências do local. Inicialmente, o usuário passará pelo identificador de metal, em seguida se dirige a um guichê para preenchimento do cadastro no primeiro acesso - esse cadastro pode ser feito previamente no site da OAB, com o carregamento automático de alguns dados já disponíveis no banco de dados da entidade e o preenchimento de outros exigidos pelo fórum.

Ao entregar o cadastro no balcão do fórum destinado a esse fim (a Diretoria do fórum se comprometeu em disponibilizar um guichê exclusivo para advogados e prioridades legais), o advogado recebe um cartão de identificação (crachá) com o qual poderá percorrer todas as dependências do Fórum, sendo necessária a devolução desse cartão / crachá na saída do prédio, salvo se o advogado optar por adquirir o próprio crachá que lhe será repassado a preço de custo pela OAB. Feito o cadastro inicial com o primeiro acesso, basta que nas próximas vezes o advogado se identifique na portaria para que lhe seja permitida a entrada, ou entre diretamente com o seu próprio crachá, caso opte pela sua aquisição.

O presidente da OAB/MA disse reconhecer a importância das medidas de segurança como forma de garantir a integridade dos usuários e enfatizou que a preocupação da Seccional Maranhense é no sentido de que esse fato não cause nenhum obstáculo para o exercício da atividade profissional do advogado. "Nossa preocupação em debater o assunto é, também, no sentido de tornar esse atendimento mais célere para o advogado" pontuou Mário. O diretor do Fórum garantiu que a intenção do Tribunal de Justiça não é criar nenhuma dificuldade para os usuários da unidade e ressaltou que as medidas são necessárias diante dos elevados índices de violência registrados em nossa sociedade.

Além dos dois postos de atendimento para credenciamento na sede da OAB/MA e da possibilidade da Seccional Maranhense adquirir cartões de acesso ao Fórum para serem repassados aos advogados a preço de custo - o que já está em fase de aquisição e deverá estar disponível em cerca de 30 dias - , a Ordem vai formular dois requerimentos. O primeiro será endereçado à Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão e ao Conselho Nacional de Justiça para garantir a participação de um representante da entidade na comissão instalada para implantar o sistema. O outro requerimento terá como finalidade solicitar a abertura da porta lateral de acesso ao Fórum, desativada devido às medidas de segurança adotadas pelo TJ maranhense.

Da audiência desta terça-feira participaram, ainda, o vice-presidente da OAB/MA, Carlos Couto, o diretor tesoureiro, Marco Lara, o secretário geral, Ulisses Martins, o juiz auxiliar da Corregedoria, José Américo Abreu, o juiz Rodrigo Nina, representante da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) na Comissão de Segurança e o major Alexandre Nunes, Diretor de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça.

Órgãos tratam de providências para caso de violência contra juiz de Buriti

A Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está acompanhando todas as providências acerca do caso de violência contra o juiz titular da Comarca de Buriti, Jorge Sales, ocorrido na última terça-feira (20). Nesta quinta-feira (22), representantes da comissão participaram de reuniões na Polícia Federal e na Secretaria de Segurança Pública.

Saiba mais...Tribunal de Justiça do Maranhão manifesta repúdio contra a violência na comarca de Buriti Na Polícia Federal, o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança - juntamente com o juiz Rodrigo Nina (membro da comissão e representante a Associação dos Magistrados do Maranhão), e o Major Alexandre Magno, diretor de Segurança do TJMA - acompanhou o depoimento do juiz Jorge Sales prestado ao delegado federal responsável pela investigação do caso, Ronildo Rebelo.

Após o depoimento, houve uma reunião com o superintendente da PF, Alexandre Saraiva, que se colocou novamente à disposição do TJMA e da AMMA para as providências que forem necessárias e de responsabilidade da instituição. "Quando fomos informados do ocorrido, acionamos nossas equipes imediatamente, inclusive o Grupo de Pronto Intervenção. Estamos trabalhando no caso, dentro do que é de nossa competência, os senhores podem estar certos do nosso apoio", declarou o superintendente da PF.

O desembargador Raimundo Barros revelou as medidas que estão sendo adotadas pelo TJMA para proteger os magistrados do Maranhão e garantir o seu exercício profissional, com especial atenção ao juiz Jorge Sales, vítima desse último caso de violência.

Garantias

Da Superintendência da PF, os juízes Jorge Sales e Rodrigo Nina seguiram para a Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA), onde juntaram-se ao presidente da AMMA, Gervásio Protásio dos Santos, e ao 2º vice-presidente, juiz Ângelo Antônio dos Santos, para uma reunião com o secretário estadual de Segurança, Jefferson Portela.

Durante a conversa, o secretário garantiu total apoio da segurança pública ao juiz Jorge Leite e revelou estar acompanhando pessoalmente os acontecimentos, junto a sua equipe de trabalho. "Quando soube do caso, em que falavam em população, achei estranho porque temos conhecimento profissional e também pessoal e sei que a população daquela região não tem características deste tipo de ato. Logo percebemos que foi algo instigado, um fato isolado. E isso é de fácil solução, com investigação e ação efetiva, com pedidos de prisão, entre outras medidas", ressaltou Portela.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos pediu garantias sobre medidas que deverão ser tomadas a curto prazo. "Tomaremos as medidas imediatas em relação ao efetivo policial e apoio de segurança da comarca e da região e daremos andamento à investigação de crimes paralelos no caso, que são de nossa competência, juntaremos com informações da Polícia Federal, e assim partiremos para tomar medidas fortes contra os envolvidos no caso", assegurou o delegado-geral da Polícia Civil, Augusto Barros.

O juiz Jorge Sales agradeceu o empenho e afirmou, novamente, que voltará a atuar na Comarca de Buriti assim que a reforma do fórum estiver concluída e a segurança garantida. "Não deixaria, nem deixarei a comarca por esse fato. É possível ter um município exemplar na questão de segurança pública, que não é feita unilateralmente, mas com a participação de todos da sociedade, principalmente, da população", ressaltou o

magistrado.

A posição do magistrado foi amplamente apoiada pelo secretário de Segurança e sua equipe. "Tenham certeza que a Segurança Pública dará todas as garantias para exercer seu ofício e, com a organização da secretaria, estaremos prontos para investir e atuarmos em conjunto", completou.

O juiz Gervásio dos Santos aproveitou a oportunidade para solicitar ao secretário de Segurança um alinhamento de atuação nas comarcas do interior do Maranhão. "A Segurança tem que ter uma aproximação com os diretores dos fóruns. Sugerimos a realização de visitas, para que possamos estreitar canais com os institutos de segurança, a fim de atuarmos contra essas ações de violência contra a Justiça e reforçar as instituições nas ações de combate à violência e criminalidade", propôs o presidente da AMMA.

Vara da Infância realiza fiscalização em eventos carnavalescos

Começa nesse sábado (24) a fiscalização que a 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís realiza em todo o período pré-carnavalesco e nos dias oficiais da folia. O objetivo é verificar o cumprimento das regras para a participação de crianças e adolescentes nos eventos. Com vistas ao objetivo, toda a equipe de comissários de menores da Vara atua na fiscalização.

O trabalho acontece em regime de rodízio, quando os 25 comissários da unidade formam equipes de cinco a oito participantes para se deslocar até os locais onde se apresentam as brincadeiras e também nas festas fechadas (com venda de ingresso).

Alvará - Segundo a juíza Livia Maria da Graça Costa Aguiar, respondendo pela unidade, menores que forem flagrados irregularmente nas brincadeiras pela equipe da Vara da Infância serão retirados das mesmas e os pais serão notificados. "Esse primeiro momento é mais educativo", explica a magistrada. Segundo ela, a ideia é conscientizar os responsáveis pelas brincadeiras da necessidade de solicitar o alvará de participação dos menores nos eventos. "Depois, a agremiação já recebe multa", ressalta.

O prazo para a solicitação do documento encerra na próxima sexta-feira (30). Findado esse prazo, não serão aceitas solicitações de alvará. As informações constam da Portaria 01/2015, expedida pela juíza no último dia 12. Segundo o documento, os interessados em solicitar a autorização para a participação de menores devem se dirigir ao Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Praça Deodoro, Centro), de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. A entrega dos alvarás acontece no mesmo local, no período de 02 a 06 de fevereiro.

Documentos - Entre os documentos exigidos para a solicitação do alvará, o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

Todas as regras para participação de menores em eventos carnavalescos podem ser conferidas na Portaria 001/2012, em anexo na matéria publicada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj).

Justiça decidirá se ataque ao fórum da cidade de Buriti foi crime eleitoral

A Justiça vai decidir se o ataque na segunda-feira (19), ao fórum da cidade de Buriti, situada a 332 km de São Luís, foi crime eleitoral. Ações de reforço na segurança foram um dos assuntos debatidos em uma reunião da Associação de Magistrados do Maranhão com a Secretaria de Segurança Pública.

A Associação dos Magistrados recorreu a Secretaria de Segurança três dias após a ação no Fórum de Buriti. No local, os manifestantes queimaram documentos, computadores e urnas eletrônicas. Homens armados com facões, pedaços de pau e galões de combustível invadiram a sala do juiz. Cinquenta processos foram queimados.

O juiz Jorge Leite veio a São Luís pedir escolta, enquanto a Polícia Federal abriu investigação. O protesto em Buriti foi uma reação contra a decisão do juiz, que negou o pedido de afastamento do prefeito Rafael Mesquita, acusado de comprar votos nas eleições em 2012. A Associação dos Magistrados manifestou preocupação com a segurança dos juízes no Maranhão.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Protásio dos Santos, o efetivo policial nas comarcas menores é considerada muito baixa, e esta situação precisa ser revertida. "Sobretudo nas comarcas menores, onde o efetivo policial não passa de dois, três policiais, essa situação precisa ser melhorada. A proporção policial militar com população hoje é uma das mais baixas do país, e isso reflete diretamente no serviço que é prestado pelo o juiz", explica.

Segundo o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, todos os envolvidos no ataque ao Fórum de Buriti já foram identificados. "Aguardamos uma decisão para definir se o caso será apurado e finalizado pela a Polícia Civil ou pela Polícia Federal por face da questão do viés eleitoral. Se a Justiça entender que há viés eleitoral será concluído pela a Polícia Federal. Mas todos os envolvidos do pequeno grupo, que participou do ataque ao Fórum já estão todos identificados".

Fiscalização em festas de São Luís começa neste sábado (24)

Começa nesse sábado (24) a fiscalização que a 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís realiza em todo o período pré-carnavalesco e nos dias oficiais da folia. O objetivo é verificar o cumprimento das regras para a participação de crianças e adolescentes nos eventos. Com vistas ao objetivo, toda a equipe de comissários de menores da Vara atua na fiscalização.

O trabalho acontece em regime de rodízio, quando os 25 comissários da unidade formam equipes de cinco a oito participantes para se deslocar até os locais onde se apresentam as brincadeiras e também nas festas fechadas (com venda de ingresso).

Alvará

Segundo a juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, menores que forem flagrados irregularmente nas brincadeiras pela equipe da Vara da Infância serão retirados das mesmas e os pais serão notificados. Segundo ela, a ideia é conscientizar os responsáveis pelas brincadeiras da necessidade de solicitar o alvará de participação dos menores nos eventos.

O prazo para a solicitação do documento encerra na próxima sexta-feira (30). Findado esse prazo, não serão aceitas solicitações de alvará. As informações constam da Portaria 01/2015, expedida pela juíza no último dia 12. Segundo o documento, os interessados em solicitar a autorização para a participação de menores devem se dirigir ao Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade (Avenida Silva Maia, 219, Praça Deodoro, Centro), de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. A entrega dos alvarás acontece no mesmo local, no período de 02 a 06 de fevereiro.

Entre os documentos exigidos para a solicitação do alvará, o requerimento administrativo a ser solicitado na Vara da Infância, a relação dos nomes de menores com idade entre seis e doze anos participantes das brincadeiras, a cópia da inscrição do CNPJ da agremiação, bem como CPF, RG e comprovante de endereço do responsável. A autorização dos pais ou responsáveis legais pelo menor também é exigida. As determinações constam da portaria 001/2012.

Polícia Federal está investigando a invasão ao Fórum de Buriti e as ameaças sofridas pelo juiz da Comarca

Os Tribunais Regional Eleitoral e de Justiça do Maranhão estão trabalhando juntos desde que seus respectivos presidentes tomaram conhecimento que o Fórum de Buriti tinha sido invadido e incendiado por populares revoltados com decisão dada pelo juiz Jorge Antonio Sales Leite (titular da Comarca e da 25ª zona eleitoral) que julgou improcedente ação com poder de cassar o atual prefeito da cidade, eleito em 2012.

A invasão ao Fórum de Buriti se deu na tarde da terça-feira, 20 de janeiro. De acordo com as informações que fazem parte do inquérito aberto pela Polícia Federal, 9 urnas eletrônicas foram queimadas, além de processos judiciais e documentos administrativos. O prédio, que leva o nome de Fórum Desembargadora Madalena Alves Serejo, onde funciona tanto a Justiça Comum como a Eleitoral do município, também ficou bastante depredado.

O desembargador Froz Sobrinho (presidente do TRE-MA), assim que tomou conhecimento dos atos de vandalismo que ocorriam na cidade de Buriti, acionou a Polícia Federal e comunicou o fato ao Tribunal Superior Eleitoral.

"Caberá à Polícia Federal apurar os crimes cometidos e a identificação dos responsáveis", explica Froz Sobrinho, que complementa: "naquele momento precisávamos garantir a segurança não só do magistrado, assim como dos servidores e da população do município. Por este motivo, também solicitamos reforço policial através da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, que já estava autorizada pela sua presidente, desembargadora Cleonice Freire, para agir".

Na quarta-feira (21) pela manhã, a desembargadora Cleonice Freire garantiu apoio irrestrito ao juiz Jorge Sales, que sofreu ameaças no exercício de sua função judicante. Reunido com a presidente no TJ, ele contou os momentos de terror pelos quais passou, ouvindo da presidente o compromisso do Judiciário de preservar sua segurança.

"O Judiciário buscou todos os instrumentos legais para a preservação da segurança do magistrado que em momento algum ficará desassistido", informou Cleonice Freire, que ainda foi taxativa ao dizer que atos de violência de transgressores da lei não vão interferir na atividade judicante. "Não vamos nos intimidar por pessoas que tentam agredir o Estado Democrático de Direito. A lei deve prevalecer e a ordem deve ser mantida".

"A Justiça Eleitoral também não permitirá que ameaças e intimidações de vândalos e criminosos desmoralizem o Poder Judiciário, pois continuaremos cumprindo a nossa missão de organizar e superintender os trabalhos referentes aos pleitos eleitorais, instrumento essencial à realização da democracia", salientou Froz Sobrinho.

Para Froz Sobrinho, estes atos de vandalismo remetem aos tempos em que a justiça era feita com as próprias mãos, ideia veementemente condenada pela legislação pátria que consagra o princípio da intervenção estatal nos conflitos sociais, o que obriga os inconformados com as decisões judiciais a procurarem os meios processuais e recursos previstos constitucionalmente.